

# arqueología

*NÚMERO VINTE*



A série de inéditos que agora se inicia são extractos dos manuscritos que se encontraram em depósito no Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e que nos foram confiados pelo Professor Doutor Pereira de Oliveira, para estudo<sup>1</sup>.

Nestes manuscritos, cujas informações contidas abarcam uma temática variada, desde a geologia até à geografia física e humana, passando pela etnografia, ocorrem também alguns dados de teor arqueológico que procurámos seleccionar para publicação.

Começaremos pelo texto que segundo o próprio autor deveria ter constituído a conclusão do seu livro «Antiguidades Pré-Históricas de Lafões», editado em Coimbra em 1921 e que transcrevemos na íntegra.

#### «APÊNDICE»

Concluído êste pequeno trabalho, entendemos dever fazer algumas considerações de carácter geral à cerca de vários pontos ainda contravertidos dos estudos arqueológicos, contribuindo, por pouco que seja, para a resolução dalguns problemas com o que nos é sugerido pela nossa observação pessoal. Se é certo que algumas destas ideias podem talvez parecer destituídas de fundamento, não é menos certo que as expomos sem quaisquer intuítos de ostentação: submetemo-las apenas à apreciação dos competentes, para de bom grado serem abandonadas, desde que nesse sentido vejamos apresentar razões que nos convençam.

#### I — «É impossível fundamentar na Arqueologia a separação política entre Portugal e a Espanha»

Tal como a deixamos enunciada ao cabo de um estudo de arqueologia regional, bastante circunscrito quanto ao tempo e quanto ao espaço, pode esta primeira conclusão merecer reparos pela razão basilar de

ser maior que as premissas. Apesar disso, não queremos deixar de acentuar um mal entendido devêras lamentável, que tem levado muitos autores a procurar em todos os campos razões que possam fundamentar a autonomia de Portugal em face do país vizinho; como se ainda houvesse alguém capaz de aduzir argumentos sérios a favor da reunião, sob o mesmo poder político, dos dois litigantes da *eterna divartia* do poeta *Silius Italicus*!

Desta sorte, tem-se apelado para os caracteres geomorfológicos do nosso país<sup>1</sup>, para a diversidade climática, para a arqueologia e para a antropologia<sup>2</sup>, julgando-se talvez por patriotismo que melhor nos irá quanto mais numerosas forem as razões apresentadas, assim a modos de quem tenta a defesa duma causa desesperada...

De harmonia com a opinião do meu ilustre Mestre, Sr. Dr. *Ferraz de Carvalho*, já noutra lugar<sup>3</sup>, procurámos demonstrar a impossibilidade que há em fundamentar na geografia e mesmo particularmente na climatologia, a independência política de Portugal. Ainda pelo que diz respeito à arqueologia, parece-nos que o mesmo se pode afirmar, sem receios de contradição. Com efeito, o que as descobertas arqueológicas, nos últimos anos realizadas, nos permitem estabelecer, é uma estreita afinidade de costumes, de modos de existência e de formas industriais e artísticas em todo o território peninsular, que nos levaria a supor que êste território tivesse sido habitado por tribos da mesma procedência étnica, se não soubéssemos como independentemente se podem desenvolver civilizações idênticas, tendo em atenção aquele princípio basilar estabelecido pelo arqueólogo francês *Cartailac*: «nos países mais ou menos afastados, os homens, encontrando-se em face das mesmas necessidades, dos mesmos utensílios, chegam muitas vezes naturalmente aos mesmos resultados».

Basta a simples consideração desta grande verdade, que é de todos os tempos e de todos os lugares, para nos convencer da ineficácia que, na maior parte dos casos, tem a arqueologia na resolução dos problemas antropológicos, constatando afinidades ou diferenças étnicas entre tais ou tais núcleos de população.

Desta sorte, não vemos que a diversidade (se a houvesse), dos restos arqueológicos encontrados nos dois países peninsulares possa ser invocada como razão de ser da sua separação política; pelo mesmo motivo que

também não julgamos lícito concluir da semelhança (que a há) dêsse mesmo espólio a individualidade étnica da população portuguesa e da população espanhola.

Mas, o que especialmente desejamos acentuar, é que nada há que nos autorize a considerar as fronteiras políticas entre os dois países vizinhos, como separando duas regiões no todo ou em parte arqueologicamente diferenciadas. Antes pelo contrário: a mesma *facies* arqueológica se nota dum e doutro lado, por vezes mesmo numa perfeita continuidade através das duas regiões. Se não, vejamos.

A importante região com pinturas pre-históricas da Extremadura espanhola prolonga-se através do nosso país, sobretudo ao longo da linha divisória das águas entre o Tejo e Guadiana, bastando citar entre nós as pinturas do Abrigo da Esperança (Serra de S. Mamede) que permitiram concluir a *Hernández-Pacheco* que «el pueblo del final del neolítico se extendió con iguales costumbres pictóricas desde Cádiz a Asturias y desde Levante hasta Portugal».

Relativamente aos outros vestígios do homén pré-histórico, o mesmo podemos ainda afirmar. As cavernas paleolíticas (ou melhor talvez post-paleolíticas) portuguesas apresentam com as espanholas muitos pontos de contacto, bastando notar, p. ex. a acentuada semelhança que a nossa *Cova do Lobishomem* tem com a *Cueva del Penical* estudada no noroeste espanhol pelo Conde de la Vega del Sella.

As regiões com monumentos megalíticos estendem-se também através da linha fronteiriça com notável unidade de formas arquitectónicas, com o mesmo carácter etnográfico do seu espólio e com identidade de tradições e lendas que lhes dizem respeito. Uma categoria de megálitos que parecia faltar no nosso país — os *menhirs* — denota ainda o mesmo facto: compare-se o nosso menhir de *Bicão dos Conqueiros* com outros menhirs espanhoes e nomeadamente com a *Pedra de las Gojas* (Gerona) e ver-se-ha, mesmo até pela particularidade do seu aspecto antropomórfico, as estreitas relações que os ligam.

Gravuras rupestres similares das espanholas, não faltam também no nosso país: basta comparar a célebre *Laja de los hierros* (província de Cadiz) com a nossa pedra das *Ferraduras Pintadas* e desde logo se aperceberão entre elas pontos de contacto assaz flagrantes, acentuando bem uma certa identidade de cultura ou de costumes entre as populações que nos deixaram êstes curiosos vestígios da sua existência.

Ainda, pelo que diz respeito aos tempos proto-históricos, se nota o mesmo parentesco próximo da arqueologia portuguesa com a espanhola, bastando examinar, para êsse efeito, a perfeita semelhança que existe entre os nossos *Castros*, sobretudo os do Norte de Portugal, e os *villares* ou *castillares* da Galiza e doutras regiões adjacentes espanholas.

Mas poderão estas considerações desapaixonadas interpretar-se como falta de patriotismo, tendo em atenção que elas podem parecer outros tantos argumentos a

favor da tão falada *união ibérica*? Nada disso.

Quem como nós, portugueses, tem um longo passado histórico cheio de heroísmos e um poema épico que é como a Bíblia dêste novo *povo escolhido*, não precisa de apresentar outras razões para fundamentar a sua autonomia; e, com isto, apenas exaltaremos o nosso patriotismo, mostrando que o vínculo nacional é tão forte que não tivemos necessidade de um território à parte e de condições diferentes de existência, para vivermos uma vida independente.

Porque não é o território nem os limites naturais, nem a raça, nem a língua, nem a religião e nem mesmo até os próprios costumes que constituem necessariamente o *abstractum* das nações, como a Suíça demonstra à sociedade em toda a sua história: o que é essencial não esqueçamos nunca, é a comunidade de tradições, de interesses, de aspirações e sobretudo a consciência de pertencer a uma mesma sociedade — que é mais da vontade dos homens ou da *vocação histórica* que do condicionalismo natural imposto pela força de quaisquer factores físicos ou fisiológicos, os quais, muito embora possam favorecer, jamais poderão determinar, só por si, a constituição dum sólido vínculo nacional.

## II — «Os dolmens ou antas não são obra de um só povo ou de uma só raça».

Não se pode em verdade asseverar que a semelhança, por vezes flagrante, entre os monumentos megalíticos seja motivo para conceder foros de beligerância à teoria do *povo dos dolmens*, por alguns autores estrangeiros sustentada e que fez eco também no nosso país, onde teve defensores de reconhecido mérito.

As razões que geralmente se aduzem em desabono dessa teoria — diferenças de carácter arqueológico e etnográfico que se inferem do espólio funerário dêstes monumentos, a falta de continuidade na sua distribuição e o facto de se encontrarem mais ou menos em todos os países — podemos nós acrescentar uma outra que nos não parece de todo destituída de fundamento. É que a semelhança notada nos dolmens, tanto debaixo do ponto de vista da sua estrutura ou disposição dos seus elementos arquitectónicos, como pelo que diz respeito ao carácter etnográfico revelado pelo seu espólio, é por vezes mais característica entre monumentos situados em regiões muito distantes, do que entre monumentos de regiões muito próximas, e que, por êsse motivo, deveriam manter relações recíprocas, quando mesmo não fossem habitadas por agregados sociais de igual procedência étnica.

Assim, os *dolmens* da nossa região apresentavam, ao que supomos, galeria descoberta, contrariamente ao que sucede em regiões próximas, como p. ex. no planalto de Viseu, onde por isso mesmo são conhecidos às vezes pelo nome de *passadiços cobertos*. Respigando em

seara alheia, acrescentaremos que *Martins Sarmiento*, que no Minho explorou diversas antas, diz nunca ter encontrado nenhuma galeria coberta, o que, pelo contrário é frequente no Algarve.

Pelo que diz respeito às diferenças de ordem etnográfica reveladas pelo depósito encontrado nos monumentos megalíticos, um exemplo interessante, que confirme ao mesmo tempo o que acabamos de dizer, é-nos fornecido pela forma como se costumava dispor neles os restos fúnebres da personagem ali sepultada. É sabido que, na maior parte dos dolmens, têm sido encontradas ossadas humanas em maior ou menor quantidade, e por vezes mesmo pertencentes a mais do que um esqueleto. Na nossa região, pelo contrário, praticava-se a cremação ou incineração do cadáver. Em todos os dolmens e mamoadas que temos explorado apareceram, com efeito, cinzas e carvão em grande quantidade. Nos dolmens violados do maciço da Gralheira, informam-nos do aparecimento de «pias de pedra cheias de carvão», que, indubitavelmente, eram *urnas funerárias* contendo os ossos carbonizados.

Relativamente às *antelas*, não devemos deixar em silêncio um facto que verificámos, e tanto mais importante quanto é certo êle nos permite estabelecer uma variante local do que costumava fazer-se em idênticos monumentos do nosso país. É vulgar, com efeito encontrarem-se também no seu espólio urnas de pedra ou de barro com o fim indicado de receberem os despojos fúnebres, como sucede, p. ex., nas antelas do norte de Portugal. Pois nas antelas que temos explorado na nossa região, de cuja a intangibilidade nada pode fazer duvidar, os ossos carbonizados e as cinzas foram espalhadas sobre o sólo e nunca reunidos numa urna. Na Escandinávia e na Finlândia sucede outro tanto em túmulos pertencentes à idade do bronze.

### III — «Os dolmens no rigoroso sentido da expressão: não foram somente monumentos sepulcrais: serviram também de lugares de culto aos nossos antepassados neolíticos».

Sabe-se que os arqueólogos, tanto nacionais, como estrangeiros, consideram geralmente os dolmens como tendo servido de túmulo, em vista de, em muitos deles, terem sido encontrados ossos pertencentes ao esqueleto humano, por vezes em grande quantidade. Sem nos acharmos dominados da estulta pretensão de querer abanar ideias-feitas, ousamos contudo fazer algumas considerações a respeito do destino dado a êsses monumentos que, não estando em contradição com essa maneira de ver, permitem no entanto dar-lhe um alcance maior do que geralmente se costuma.

Habitações não foram os *dolmens*, indubitavelmente. É certo que, pelo motivo de as pedras pertencentes às

antas e antelas revelarem frequentes vezes indícios de fogo, já alguém quis concluir que êsses megalitos tivessem servido cumulativamente de habitação e de túmulo; mas, esta conclusão nada tem de plausível, facilmente se explicando semelhante facto pela circunstância de o cadáver ser incinerado *in situ*, isto é, no próprio lugar onde ficava depositado, ou de à inumação dos restos mortais ter correspondido qualquer cerimónia religiosa.

Qual foi então o destino que tiveram êsses monumentos?

Em nosso entender, sempre pautado pela nossa não muito vasta mas aturada experiência pessoal, os *dolmens* tiveram, com singular paridade, o mesmo destino e a mesma significação que as *pirâmides* entre os antigos Egípcios: as mamoadas que sempre os envolveram e que, algumas vezes, podem mesmo revelar a ausência de esqueleto megalítico interior, destinavam-se, com efeito, a ocultar o mais possível o local da sepultura, tendo assim o mesmo papel daquelas imorredouras construções egípcias, que podemos por isso considerar como verdadeiras *mamoadas petrificadas*.

Os *dolmens* eram, por conseguinte, monumentos funerários destinados a receber os restos mortais dos chefes ou dos grandes personagens, o que não significa de maneira alguma que fôsem as únicas espécies de túmulo, ou que de *túmulos* houvessem servido em todos os casos. Ao lado deles havia, com efeito, *antelas* ou simples *tumuli*, como os temos encontrado na nossa região, e que eram, segundo cremos, sepulturas individuais propriamente ditas.

Pelo contrário, os *dolmens* (e nisto vai o que principalmente os diferencia das pirâmides) parece terem servido mais rigorosamente de *ossuários* ou sepulturas colectivas, como prova o achado de ossos pertencentes quasi sempre a numerosos esqueletos, constituindo, assim, na maior parte dos casos, uma espécie de *jazigo de família* ou de qualquer *classe social*, e podendo mesmo desempenhar o papel de simples *depositório de urnas*, contendo os restos mortais dos indivíduos a que se destinavam.

Outras vezes o *dolmen* constituiu um mero *cenotáfio*, isto é, um monumento votivo erigido à memória dum morto ilustre, cujo corpo se não pudera obter, o que vem explicar a ausência muitas vezes observada de restos mortais nestes monumentos, e as suas exíguas dimensões em alguns casos.

Entretanto, de qualquer das formas que as consideremos, o que essas construções demonstram à sociedade é a existência da *necrolatria* entre os nossos antepassados neolíticos, podendo êsse culto dirigir-se aos mortos, quer deificados quer não, ou aos deuses a favor daqueles, conforme opina o Sr. Dr. *Leite de Vasconcelos*. Os *dolmens* eram ainda, por conseguinte, verdadeiros *lugares de culto*, destinados a certos sacrifícios ou cerimónias religiosas.

Assim se explica o facto de entre os *dolmens* e os verdadeiros templos se encontrarem pontos de contacto por vezes muito flagrantes. Tal é a *orientação*, quase

sempre a mesma, tanto nuns como noutros, e bem assim a circunstância dos dolmens se encontrarem por via de regra situados nas regiões mais elevadas (enquanto as antelas ou túmulos propriamente ditos, se localizam de preferência em zonas de altitude inferior, como sucede na nossa região, ou mesmo nos vales, como verificou *Martins Sarmento*): e é bem certa a predilecção que os sequazes de todas as religiões e em todos os tempos mostraram, pelos lugares elevados, para a edificação dos seus edificios religiosos, como se ali estivessem mais próximos da própria divindade.

As pirâmides tinham anexa a sua capela destinada ao culto: nos dolmens, sepulcro e lugar de culto, como podiam concebê-lo os neolíticos, eram uma e a mesma coisa.

Nesta circunstância deve procurar-se a razão de ser do costume, ainda ha poucos anos existente no nosso país e em outros países da Europa, de os enterramentos se fazerem dentro das igrejas ou no recinto sagrado do adro que as rodeia, e de ainda hoje se recolherem nos templos os restos mortais de chefes de Estado ou dos homens mais ilustres.

Assim se explica também por quê o povo e os antigos arqueólogos chamam aos dolmens *altares*, designação que nalguns casos passou para o toponomástico sob essa forma ou sob a forma de *mamaltar*. Na nossa região aplica-se outrossim o nome de *Monsanto* (etimologicamente *monte santo*) a um local e povoação da freguesia de Figueiredo das Donas, onde, como vimos, o onomástico permite avaliar da existência de antigos monumentos megalíticos.

Além disto, ha ainda dois factos que a muitos podem passar desapercibidos, mas para que desejamos chamar a atenção.

É sabido (e dêste facto podemos nós dar larga exemplificação) que os *dolmens* ou antas ficam geralmente situados à beira dos caminhos «como que a pedir a esmola duma lembrança», segundo diz *Martins Sarmento*. Parece-nos, entretanto, que não foram os caminhos que determinaram originariamente a posição de tais monumentos, mas que foram, pelo contrário, êstes que condicionaram a directriz daqueles, o que bem se pode explicar considerando-os como *lugares de peregrinação*, aonde os neolíticos acorriam para celebrarem os seus sacrificios religiosos.

O outro facto, já assinalado por autores nacionais, e estrangeiros, consiste na proximidade dos dolmens e das igrejas cristãs, havendo até casos em que se deu a transformação dos primeiros nas segundas. Na nossa região também frequentemente, junto das antas, se levantaram santuários religiosos<sup>1</sup>; podendo citar-se: a igreja Matriz de Arca, que parece ter sido consagrada a *Nossa Senhora da Lapa*, situada longe das povoações a que pertence e perto do dolmen a que fizemos referência; a igreja de Pinheiro de Lafões; a ermida do *Senhor do Pedrão*, pertencente já ao concelho de Viseu; no concelho de Macieira de Cambra, a ermida de Sant'Iago

do Arestal, edificada junto de várias mamoadas violadas cujas pedras foram certamente applicadas na sua construção.

Não haverá na escolha do sitio para a edificação dêstes santuários — e muitos outros exemplos deve haver — qualquer coisa que assinala a persistência da antiga tradição que fazia olhar êstes lugares como destinados ao culto pelos nossos antepassados da idade da pedra?

#### IV — «Os dolmens não se encontram geralmente isolados»

É um facto de observação vulgar que os dolmens, ou antas, não se encontram por via de regra isolados. Ultima morada de um guerreiro valoroso ou *chefe de Aríbu*, cujo scetro continuaria a imperar além-túmulo, é de crêr que êsse chefe fôsse ainda acompanhado, na outra vida, pelo seu imediatamente inferior, pelo seu primeiro ministro, como hoje diríamos, para o servir executando as suas ordens<sup>1</sup>. É esta a melhor interpretação que, em nosso entender, pode explicar a circunstância de os dolmens com frequência aparecerem reunidos dois a dois, como os temos encontrado, por vezes, na nossa região.

E poder-se-ia estabelecer a hipótese de um dos túmulos ter pertencido ao chefe e o outro à sua consorte, conforme nos foi várias vezes apresentada a questão por pessoas que nos acompanharam nas nossas excursões arqueológicas?

Não é de crer que assim fôsse. Nessas remotas sociedades, que tantos pontos de contacto teem com os selvagens ou primitivos actuais e mesmo com os povos da antiguidade oriental, deve ter dominado a *escravidão*, como instituição de direito público, e a *poligamia*, pelo mênos para os magnates, como processo de organização da família, a poligamia que outra coisa não é senão a escravidão da mulher. Esta deve ter tido, por conseguinte, uma condição social de manifesta inferioridade, e jamais mereceria a consagração pública dum túmulo especial, que só era apanágio dos eleitos da fortuna.

Pelo que diz respeito à associação dos túmulos já fizemos referência ao caso devêras interessante da reunião de três construções independentes em uma só mamoad, caso para nós absolutamente inédito. Outras vezes aparecem vários monumentos reunidos, constituindo vastas *necrópoles*, e é este o caso mais geral, segundo tivemos ocasião de ver.

**V — «A organização social dos construtores de monumentos megalíticos devia ter sido aristocrática».**

A construção dos *dolmens* e doutros megalitos, tendo em vista as enormes dificuldades que devia apresentar<sup>1</sup>, e o seu número relativamente pequeno<sup>2</sup> quando os consideramos como depositório dos despojos humanos de gerações sucessivas<sup>3</sup> — eis outros tantos elementos que podemos aproveitar para a determinação segundo todas as probabilidades, da organização social dessas primitivas populações, que nos deixaram tão interessantes vestígios da sua existência.

Com efeito, não se compreende como gentes tão desprovidas de recursos mecânicos pudessem ter levado a efeito êsses prodígios de arrojadas construções, se não admitirmos que a mão de obra tenha sido recrutada entre uma classe subalterna, insusceptível de direitos mas susceptível de obrigações. Por outro lado, pouco numerosos seriam êsses monumentos, se todas as classes sociais gosassem dos mesmos privilégios, entre os quais sobrelevava o duma sepultura especial.

A *escravatura* é o primeiro corolário que podemos estabelecer; a existência duma *aristocracia* religiosa, política, militar, ou tudo conjuntamente, constituiu o polo oposto da organização social dêsses recuados tempos.

Dentro dessa aristocracia depositária do mando e das riquezas deve ter havido ainda gradações diferentes de condição social, ou seja uma hierarquia de nascimento ou de funções. Os grandes *dolmens* tornados ossuários ou sepulturas colectivas, deviam ter servido de jazigo aos restos mortais das mais gradas personagens; se dêstes passamos às *antelas*, e destas ao simples *tumuli*, como os temos encontrado, revelando apenas a existência da mamoa, mas sem o poço de grandes pedras, notaremos, sem grande esforço de análise, uma progressão decrescente na técnica construtiva, no trabalho dispendido e nas proporções do monumento, que é bem o indício da organização hierárquica que deviam ter tido êsses primitivos núcleos de população.

O mesmo facto se revela no espólio encontrado nestes diversos monumentos. Enquanto nas antas aparecem geralmente, como pertencendo ao morto, machados de pedra, objectos vários de osso, de sílex, e de cerâmica lavrada e pintada, que argúem um estado já de si bastante adeantado na produção industrial e artística, nas antelas (raras) vezes se encontra mais do que o simples machado de pedra, e um ou outro objecto de sílex, sendo nas simples mamoadas o espólio quasi insignificante. Numa destas últimas sepulturas, que explorámos, e que certamente pertenceu a uma pessoa de categoria social inferior, apenas encontrámos, além de

cinzas e grande quantidade de carvão, um machado de pedra (*diabase*) — o acessório inseparável do homem daquelas remotas eras.

**VI — «Os primitivos pre-históricos eram essencialmente religiosos»**

Eram essencialmente religiosos os primitivos pré-históricos, e deles poderíamos dizer, com inteira razão o que *Heródoto* dizia dos Egípcios: são os «mais religiosos de todos os homens».

Com efeito, não seria necessário aventarmos a hipótese de que os *dolmens* tivessem servido de verdadeiros *lugares de culto*, para que tivéssemos provado, duma forma irrefragável, a religiosidade das populações que os construíram. O costume de colocar junto dos restos mortais de qualquer indivíduo aquilo que lhe pertencia, só pode explicar-se pela *crença na vida futura*. Era deixar ao morto o que lhe seria necessário na sua nova vida, como faziam os povos orientais e nomeadamente os Egípcios. Depois, uma grande parte dos objectos que possuíam, quando não eram utensílios de caça ou de pesca, serviam de amuletos, ou relacionavam-se por qualquer forma com o culto religioso.

É mesmo de crer que o sentimento religioso se manifeste ainda anteriormente ao Neolítico. O sábio francês Gabriel de *Mortillet* nega obstinadamente a religião do primitivo homem no período paleolítico, mas esta versão é impugnada, com poderosa argumentação, pelo Sr. Dr. *Leite de Vasconcelos*; que deduz a sensibilidade da existência, nesse período, do fenómeno religioso ainda que rudimentar, o que vem confirmar as conclusões a que chegou um autor alemão de que «ainda se não encontraram povos sem vestígio de religiosidade, cuja origem deve principalmente procurar-se nas leis e condições de desenvolvimento da natureza humana».

Amorim Girão

## NOTAS

- 1 A quem agradecemos a oportunidade concedida (A.B.).

### CAP. I

- 1 Sr. Dr. Silva Teles, *Introdução geográfica* apud *Notas sobre Portugal*, I, pag. 2-3.
- 2 Sr. Dr. Mendes Correia, *Raça e Nacionalidade*, pag. 32; Dr. António Sardinha, *O Valor da Raça*.
- 3 Amorim Girão, *Geografia Física de Portugal*, pag. 7-13. Deve acrescentar-se que, o que fundamentalmente nos pode diferenciar da Espanha, é a nossa *situação geográfica periférica* na Península.

### CAP. III

- 1 A tendência que, através de diferentes épocas e povoadores sucessivos, se manifesta para escolher sempre os mesmos lugares para edificação dos mesmos monumentos, verifica-se até em construções de natureza inteiramente diversas, como obras de defesa, vias de comunicação, etc. As fortalezas medievais — facto observado na nossa região e em outras regiões não assentam geralmente sobre as ruínas de antigos redutos romanos ou pre-romanos? O traçado das vias de comunicação actuais não obedece da mesma maneira, em grande parte, a uma directriz fatal correspondente a linhas, de movimento tradicionalmente seguidas às vezes até desde os tempos pre-históricos?

### CAP. IV

- 1 Sabe-se, por ex., o que sucedia entre os Egípcios. Os seus reis, os *faraós*, a quem depois da morte eram prestadas honras divinas (êles mesmos julgavam-se descendentes dos Deuses), logo que subiam ao trono, mandavam construir uma pirâmide que lhes serviria de morada eterna, monumento de enormes proporções e de considerável resistência, onde continuariam a vida posterior à morte, e onde se deixava, para êsse fim, tudo o que lhes pertencia, e até mesmo alimentos que se renovavam de tempos a tempos. Em volta, ficavam outras pirâmides menores, servindo de túmulo aos ministros que continuariam a formar a côrte além-campa. A semelhança, com o que provávelmente sucedia nos túmulos neolíticos é ainda flagrante, porquanto, ao pé duma anta de grandes dimensões se dispunham, regra geral, outros monumentos menores, cuja explicação deve ser a mesma, segundo tudo leva a crer.

### CAP. V

- 1 É efectivamente impressionante a elevação da tampa de certos dolmens e, sobretudo, as suas grandes dimensões, custando a crer que estes humanos tivessem levado a cabo algumas dessas construções megalíticas. Supomos que, para uma época em que os recursos mecânicos deviam ser exíguos, todas essas dificuldades se removeriam pela aplicação inconsciente da nossa tão decantada teoria do *plano inclinado*. Com efeito, colocados os esteios verticalmente seguros uns contra os outros, construiriam em seguida a mamoa, montículo envolvente de forma mamilar, às vezes na base de diâmetro superior a 20 m; e seria depois, por esta superfície de suave inclinação, que os esforços conjugados de numerosos escravos arrastariam, servindo-se talvez de troncos de árvores, a pesada lage da cobertura. Parece-me ser esta a explicação mais racional. Já alguém aventou a hipótese de que se costumasse abrir primeiramente grandes covas, onde se colocavam os esteios de forma a ficarem soterrados até ao nível do solo, sobrepondo-se-lhes assim a tampa ou chapéu sem grande dificuldade, depois do que seria removida toda a terra em volta, para tornar saliente a construção. Mas, embora êste processo pudesse ter sido pôsto em prática em certos lugares, não o foi certamente naqueles que conhecemos, e nem mesmo é de querer que o seu uso se generalizasse.
- 2 Número *relativamente pequeno*, dizemos nós, apesar de ser consideravelmente maior do que vulgarmente se supõe, sobretudo no nosso país. O inventário que fizemos nas antiguidades de Lafões parece-nos que constitui prova conclusiva do que fica dito...
- 3 Deve notar-se que a época a que os dolmens se referem é geralmente muito extensa, pois, sendo monumentos característicos da idade da pedra, continuam vivendo na idade dos metais e mesmo até na época romana. Informaram-nos de que, num dolmen violado do maciço da Gralheira, apareceram, juntamente com objectos de pedra, outros de ferro em forma de ferraduras de grandes dimensões, que supomos terem servido de amuletos ou possuírem a mesma significação das placas de xisto, em forma de crosse de báculo, que *Filipe Simões* e *Vieira Natividade* citam nos seus trabalhos, embora seja ainda problemático o destino que davam a estes objectos.